

**NARRATIVAS DE UMA EXPERIÊNCIA EM UM CURSO DE EXTENSÃO:
BRANQUITUDE NO ODEERE**

PEDRO ALVES CASTRO¹

ANA ANGÉLICA LEAL BARBOSA²

DINAH VASCONCELLOS TERRA³

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar uma série de reflexões sobre a branquitude a partir de narrativas, durante a participação em um curso de extensão no Órgão de Relações Étnico-Raciais (ODEERE), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Jequié. Metodologicamente, recorri às narrativas em três dimensões: fonte de dado, registro do processo formativo, e meio de produção do conhecimento. As narrativas apresentadas falam da vivência no curso de extensão “Educação Escolar Quilombola”, ministrado no ano de 2023. As mesmas apresentam aspectos para pensar a branquitude e o seu papel frente a luta antirracista, assim, os pontos de reflexão foram: o lugar de escuta enquanto espaço de reflexão ativa; a necessidade de racialização da branquitude; branquitude e a luta quilombola. Após a tessitura das reflexões, considero que a escuta ativa e a postura aberta ao aprender, são aspectos fundamentais para pensarmos o lugar da branquitude no espaço de luta antirracista, ademais, considero que a escolha por habitar espaços como o ODEERE, é o primeiro passo para um reposicionamento das/os brancas/os, perante as estruturas de poder.

Palavras-chave: Narrativas. Branquitude. Relações étnico-raciais.

¹ Doutorando em Educação (UFF). Professor da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA).

² Doutora em Ciências Biológicas (UFPR). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC/UESB). Ministrante do curso de Extensão “Educação Escolar Quilombola”.

³ Doutora em Ciências da Educação (UB). Professora Associada IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (Departamento SSE).



PARA INÍCIO DE CONVERSA...

No ano de 2014, finalizei a graduação em Educação Física, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, em Guanambi-Ba. Durante esse período, pude participar de um projeto de extensão, voltado para a atuação em postos de saúde, mas logo após um ano, pude iniciar como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nesse espaço, pude vivenciar a realidade escolar e conhecer de perto os sujeitos que o habitam. No entanto, ao final dessa experiência, tive conhecimento que a escola atendia estudantes de uma comunidade quilombola, naquele momento, percebi que tinha uma dívida, considerando a minha trajetória formativa e a ausência de momentos e temáticas que contemplassem a Educação Quilombola.

Diante desse contexto vivido, apresenta-se a justificativa para a busca do curso de extensão “Educação Quilombola”, promovido pelo Órgão de Relações Étnico-Raciais, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié-Ba. Metodologicamente, recorri às narrativas em três dimensões, que segundo Prado, Soligo e Simas (2023) se manifestam em três espaços: enquanto fonte de dados; como registro do percurso investigativo; e, como meio de produção de conhecimento.

Para a construção da fonte de dados e o registro do percurso investigativo, recorri ao diário, enquanto meio de registro escrito narrativo. No mesmo, após cada encontro (8 encontros mensais, em um total de 10), escrevia as minhas reflexões e atravessamentos de cada experiência vivida. Assim, o texto foi se organizando em três sessões: a primeira, apresenta algumas reflexões que narram a aproximação da minha trajetória formativa, a Educação Quilombola e a Branquitude; a segunda, mostra ponderações sobre o “estar” no ODEERE e a Branquitude; por fim, a terceira, culmina em considerações provisórias sobre todo o processo de aprendizagem no curso



de extensão e no ODEERE.

Após essa experiência, reconheço que a branquitude necessita ser racializada, questionada a partir do seu lugar de poder e considerando a herança histórico (BENTO, 2022). Acredito que um lugar de escuta ativa deve ser ocupado pelas pessoas brancas, no intuito de se colocar no debate, de maneira “aprendente”, mas também se questionando em suas branquitude.

“POR QUE AQUELES ESTUDANTES POSSUEM ENFEITES NO COLARINHO DA FARDA?”: uma dívida com a minha formação e a Educação Quilombola

Como eu havia dito na introdução desse texto, a dívida com minha formação em relação à Educação Quilombola, me fez escolher e chegar ao ODEERE, ela não foi paga em sua totalidade, mas alguma/as parcelas foram quitadas. Ainda durante a graduação, no curso de Educação Física, na UNEB-Campus XII, tive a oportunidade de ser bolsista PIBID, naquela ocasião, fui para uma escola pública estadual, localizada em um bairro nominado como periférico, e que atendia todo o Ensino Fundamental, anos iniciais e finais.

Durante o período de um ano e meio, percebi que alguns estudantes enfeitavam as suas fardas com pequenos metais, bijuterias de ferro, que reluziam de longo. Estes estudantes eram meninos negros, com diferentes idades, e assim que percebi essa diferenciação feita por eles em seus fardamentos, questionei a professora supervisora: *“Porque aqueles estudantes possuem enfeites no colarinho da farda?”*, de imediato a professora me respondeu que eles eram oriundos de uma comunidade quilombola, chamada de “Morro de Dentro”, comunidade na zona rural de Guanambi-Ba, nas proximidades da barragem do Poço do Magro. Naquele momento, lamentei a minha falta de curiosidade e a ausência da temática durante a formação inicial na graduação, hoje no ODEERE, reconheço que o meu lugar na branquitude não me permitia enxergar outros espaços, fazer outras escolhas de leituras e reconhecer o outro a partir de suas diversas formas de



existência.

Bento (2022) propõe o entendimento e conceito de herança histórica, no âmbito do pacto da branquitude. Assim, fatos de constrangimento e atos vergonhosos (assassinatos, violações sexuais, etc.) eram silenciados, através de um pacto narcísico. Esse pacto narcísico se perpetua em vários espaços e estruturas de poder, na ciência e na educação não é diferente. Logo, aproximo esse pensamento e conceito do meu "não desejo" inicial pela causa da Educação Quilombola. Hoje consigo perceber que a minha dívida, não é apenas minha, mas que ela vinha sendo perpetuada por uma estrutura de poder alicerçada pela branquitude e sua identidade universalizante, natural e que tudo pode, ou nada faz, perante os seus lugares de privilégio.

Naquele momento, ainda na formação inicial, a preocupação do projeto do PIBID era a efetivação de uma Educação Física Cultural (NEIRA, 2013). No entanto, nesse momento de apropriação de uma abordagem pedagógica da Educação Física e a preocupação em iniciar a construção de uma postura enquanto professor, mesmo que hegemônica e que na maioria das ocasiões reproduzia uma maneira autoritária de ser professor, percebo que havia outra temática tão importantes quanto, a exemplo da Educação Quilombola, ou pensar em uma educação para as relações étnico-raciais. Pinheiro (2023) aponta que enquanto professoras/es da Educação Básica, devemos ter como eixo central das nossas práticas pedagógicas, a Educação antirracista. Ou seja, ao manusearmos as nossas escolhas durante os nossos planejamentos e em diálogo com outros colegas (da nossa área ou não), precisamos pautar a luta antirracista enquanto algo urgente e necessário para a construção de outro mundo possível.

A nós, pessoas brancas, a luta antirracista também deve ser uma bandeira, afinal de contas, quem inventou o racismo? Quem se fundamentou na ideia de raça para hierarquizar as relações, com o propósito de manter os seus lugares de privilégio? Assim, uma educação antirracista deve ser pautada e construída nas escolas, através das vivências educativas e pelos

"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



currículos escolares. Currículos estes que Arroyo (2013) aponta ser espaços de poder, de escolha, territórios em disputas. Assim, considerando a estrutura da branquitude e o contexto social racista do nosso país, necessitamos repensar os espaços de decisão e de disputa dos projetos educacionais, a princípio, observando quem são os atores sociais que assumem as posições de decisão, e as suas perspectivas para a luta antirracista. Não basta construirmos espaços decisórios que se resumem a mera definição do ensinável, e que se pautam pela participação representativas, que em sua dinâmica, restringe o acesso das pessoas ao seu interesse, ou que deveria ser.

Outro momento vivido no projeto de extensão e que me fez refletir sobre o meu lugar na branquitude e a trajetória histórica dos quilombolas foi durante um dos encontros que fizemos a leitura do texto, "Comunidades quilombolas: elementos conceituais para sua compreensão" (MATOS; EUGENIO, 2018). Naquele momento, acompanhando a leitura do texto assistimos o documentário "Quilombos da Bahia", do cineasta Antônio Olavo, publicizado no ano de 2006. Nesse documentário, o cineasta buscou o registro de 69 quilombos localizados no território baiano. Essa experiência me fez lembrar dos meus antepassados, na família paterna e materna haviam aquelas/es que possuíam muitas terras, e me questionei: Como conseguiram aquelas terras? Será que alguém do tronco familiar possuía escravos? Obviamente que todos esses questionamentos, foram feitos a partir do meu reconhecimento enquanto homem branco, e por perceber a herança histórica (BENTO, 2022).

A leitura do texto apresentou alguns elementos fundamentais para a compreensão conceitual do contexto quilombola. O próprio conceito "comunidade quilombola", foi sendo construído dentro do movimento de resistência, assim, a partir de sua definição, houve desdobramentos objetivos, como: a demarcação das terras a partir de aspectos étnicos, o reconhecimento de territórios, e a próprio reconhecimento/valorização da identidade dos sujeitos que habitam e existem nas comunidades quilombolas. Todos esses movimentos de leitura e reflexão, me levaram a pensar o meu



lugar na branquitude, perante o contexto de experimentação, mas também na minha singularidade da experiência (KRENAK, 2023). Logo, reconhecer e refletir a partir do meu lugar de branquitude, requer um movimento de autocrítica perante as posições assumidas e até mesmo aos desejos “escolhidos”.

Se por um lado a branquitude criou a herança histórica como um mecanismo de manutenção dos privilégios e das relações de poder, a partir do pacto narcísico, penso que cabe ao branco a busca pela compreensão das relações de poder e o movimento de inclusão nessas relações de poder.

A branquitude, enquanto lugar de poder, foi sendo construída a partir da universalidade, naturalização e padrões de normalidade. Assim, tudo aquilo que não se enquadrava nesse lugar, era e é, entendido enquanto diferente, mas questiono: a quem serve o padrão da normalidade hegemônica da branquitude? Penso que esse local de universalização, se veste muito bem enquanto um lócus de nulidade e não responsabilização, o que poderia se aproximar, da ideia de herança histórica defendida por Bento (2022).

Durante a participação no curso de extensão, pude perceber que esse lugar da branquitude poderia ser perpetuado em minha postura em sala de aula, perante os demais colegas, mas também no domínio dos espaços de fala e no “colocar-se” perante o outro. Se sou um corpo masculino e branco, me percebo nos marcadores sociais que carrego, naturalizados, ou melhor, forçados a naturalização. O que me cabe? Após toda essa vivência no ODEERE, percebi que a escuta é um movimento importante, da mesma forma que, escutar não basta, pois assim, teria uma postura passiva perante as situações. Vejo que uma escuta ativa é um caminho possível, desde que, a branquitude se racialize. Coloque-se no campo das relações étnico-raciais e reconheça nas estruturas de poder.



“ESSE FINAL DE SEMANA TEM ODEERE!”: narrativas em um projeto de extensão

Os cursos de extensão do ODEERE tiveram início no mês de maio do corrente ano, e a minha motivação para a participação sempre esteve bem definida (a dívida formativa). No entanto, uma preocupação sempre esteve presente em minhas reflexões e narrativas durante esse período, desde que compreendi que esse Órgão é um outro lugar, uma outra possibilidade formativa, da extensão até o curso de pós-graduação (mestrado). Um lugar de resistência e que valoriza os sujeitos que foram subalternizados nos processos históricos. Assim, a preocupação/questionamento era: como me compreender no espaço formativo do curso de extensão, a partir do meu lugar de branquitude?

Com Pinheiro (2023), compreendi que enegrecer os espaços acadêmicos é uma importante estratégia antirracista, assim também compreendo que repensar o meu lugar de branquitude nos espaços que adentro, acadêmicos ou não, também faz parte da luta antirracista. Repensar as referências nas quais dialogamos, repensar e buscar ações para aumentar o número de professoras/es negras/os, ações que enegrecem os espaços, e assim, outras histórias e experiências poderão ser ouvidas, sentidas. Entrar, olhar, observar, devem ser ações pelas quais devemos nos ater ao adentramos aos espaços. Foi isso que busquei fazer ao adentrar ao ODEERE, perceber as/os atoras/es sociais que ali habitam, das/os estudantes/participantes ao pessoal do apoio. Percebi que por diferentes interesses as pessoas (re)significaram o “*estar no ODEERE*”, de acordo com as suas experiências: (re)afirmação da identidade étnica e estética, a busca por outros conhecimentos, o contato com o mundo acadêmico, e/ou a formação continuada.

Sempre quando chegava o final de semana de encontro no ODEERE, as expectativas eram altas: a espera pelo texto de leitura, a/o convidada/o



de cada encontro, o caruru, a semana da pertença. Cada final de semana, era um convite ao encontro, com o outro, mas também comigo mesmo. No meu caso, a branquitude que me constituiu deveria ser questionada: o que eu faço com o meu lugar na branquitude? Bento (2022) aponta o pacto narcísico da branquitude, como uma dinâmica de proteção, silenciamento e cumplicidade entre pessoas brancas, que reverbera nos mais diversos cenários e relações sociais, com a intencionalidade de manutenção e reprodução das relações de poder, nas quais a branquitude sempre estará em evidência. Assim, penso que outro passo fundamental para a luta antirracista é a quebra dessas relações narcísicas da branquitude, no entanto, tenho minhas desconfianças, em quem realmente estará comprometido com esses movimentos, afinal de contas, estamos tratando de algo narcísico, assim questiono: o branco estará disposto a rever o seu lugar na branquitude e nas estruturas/relações de opressão?

Após a vivência no projeto de extensão do ODEERE, penso que há brancas/os que se reocupam com a causa racial, no entanto, ainda carece um mínimo de rompimento com a lógica da branquitude, mas que é possível pensarmos práticas que deem conta da superação dessa dinâmica. Sodré (2023) assevera que o racismo em nosso país é institucional, pois envolve uma série de relações pautadas na institucionalidade, em órgãos e nas relações sociais. Isso reflete diretamente nos sujeitos que ocupam os espaços, os cargos de liderança, as universidades e as escolas.

Sendo assim, as suas formas de manifestação ultrapassam os limites das estruturas, não sendo-a capaz de perceber os desdobramentos e tessituras da trama racista. Logo, a postura das/os brancas/os deve perpassar pela forma na qual ela/ele estabelece as suas relações pessoais, mas também institucionais. No ODEERE, percebi que a construção das relações é pautada pela horizontalidade, participação e acesso, assim, o espaço foi se configurando por seus atores sociais dos cursos de extensão, da pós-graduação, da comunidade externa, mas também do alunado da UESB.



Percebi que a busca pelo ODEERE, é a busca por outros conhecimentos, relações, formas de ser, de pensar e de se relacionar.

Ao adentrar e permanecer no ODEERE, percebi que as relações étnico-raciais concentram-se nas questões da negritude e indígenas, não havendo uma presença da branquitude, por que será? O lugar universalizante também é um lugar de acomodação, de isenção perante os contextos racistas. Vejo que é nessa ausência silenciosa que as estruturas de poder vão se multiplicado, corpos caem no chão e morrem, no entanto uma cor é a que predomina os atestados de óbito, quando o tem. A paralisia da branquitude é conivente e conveniente.

Ter vivido a experiência da extensão no ODEERE, me fez refletir sobre as relações com os conhecimentos e saberes, mas também com as/os nossas/os. Assim, fui levado a pensar com Freire (1996), que assevera que ninguém liberta ninguém, mas que as pessoas se libertam em comunhão. Os encontros proporcionados no projeto de extensão puderam evidenciar esse aspecto anunciado por Freire, afinal de contas, é no espaço da extensão que pessoas com diferentes formações, idades, interesses e motivações, se encontram para a construção de reflexões e debates sobre uma determinada temática. Ademais, em um espaço que a temática central foi a Educação Escolar Quilombola, as reflexões também adentraram os aspectos da etnicidade e do lugar de pertencimento de cada um. Assim, fui levado a refletir a temática, associando-se com o meu local na branquitude. Local de reflexão dos marcadores sociais que carrego em meu corpo e o que eles podem me proporcionar em termos de acesso ou restrição nos espaços sociais e nas relações interpessoais. Logo, repensar esse meu local relacionado com a Educação Escolar Quilombola, me fez entender que necessito conhecer minimamente o meu alunado, suas origens e os espaços que ocupam.

Por fim, ter habitado o ODEERE a partir de um projeto de extensão me fez compreender a importância do diálogo, que de acordo com Freire (2009) é uma das bases para a construção da democracia. No ODEERE, percebi que



outra democracia pode ser possível, principalmente se considerarmos as experiências e práticas que resistem aos modelos hegemônicos e ao próprio capitalismo. Experiências e práticas que resistem, mas que ao longo da história foram silenciadas e oprimidas, a partir da dinâmica da branquitude. Assim, pude reconhecer o papel da extensão na formação dos sujeitos: extensão que é encontro, diálogo e autonomia.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Cada final de semana de semana no ODEERE foi especial. Adentrar a esse espaço me proporcionou a aproximação da temática da Educação Escolar Quilombola, conhecer outras pessoas, e compreender o espaço formativo da extensão. Extensão que busca a aproximação da comunidade, mas que também espera o envolvimento da mesma, para a construção de uma relação recíproca e de trocas. Reconhecer-me no meu local na branquitude foi outro aspecto que destaco, principalmente, no que diz respeito a postura com o outro e a forma como construo a minha existência.

Enquanto ponto positivo, penso que a participação de outras/os professoras/es e convidadas/os foi muito importante para conhecermos pessoas que possuem uma maior aproximação com as temáticas relacionadas com a Educação Escolar Quilombola. Outro ponto significativo, foi a participação no caruru do ODEERE, momento festivo que nos induziu aos ensinamentos e preparação do Caruru, em reverência a Cosme e Damião. Naquele momento, toda a comunidade local foi convidada para prestigiar a festividade, e nós, enquanto estudantes extensionistas, nos envolvemos nas oficinas de preparação dos alimentos.

Por fim, acredito que a participação no curso de extensão do ODEERE, me auxiliou na aproximação da temática quilombola, ao mesmo tempo que me proporcionou reflexões sobre a etnicidade e a luta do movimento negro quilombola por reconhecimento e pela garantia dos direitos fundamentais.



Além disso, pude me perceber e buscar leituras sobre a branquitude, e me apropriar inicialmente dessa temática, não apenas de modo acadêmico e/ou teórico, mas me inserindo nessa lógica e debate crítico, enquanto homem branco. Penso que é possível maior engajamento por parte das pessoas brancas na luta antirracista, a começar com a racialização da branquitude, mas também compreendendo que o lugar do outro, ou seja das pessoas negras, sempre será o lugar delas/es. Não seremos e nem devemos ser os protagonistas, mas precisamos apropriar da causa e caminhar juntas/os em busca de uma sociedade antirracista.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Currículo, território em disputa**- 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 47ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MATOS, Wesley Santos de; EUGENIO, Benedito Gonçalves. Comunidades quilombolas: elementos conceituais para sua compreensão. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. v. 11, n. 2, p. 141-153, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/3880>, Acesso em: 10/06/2023.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luís Ferrari. **Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas**. São Paulo: Phorte Editora, 2006.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PRADO, Guilherme Do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura Angélica; SIMAS, Vanessa França. Fontes de informações, Registros investigativos e Modos de produção de conhecimento: uma compreensão da pesquisa narrativa articulada em

“ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS”

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



três dimensões. **Revista de Educación.** Año XIII, n. 25, p. 101-118, 2022.
Disponível em:
https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r_educ/article/view/5831 Acesso
em: 03/03/2022.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor:** uma radiografia do racismo nacional.
Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.